Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Sorte dos Enjeitados no Recife (1789-1832)

Alcileide Cabral do Nascimento*

Resumo: O tema desta comunicação versa sobre A Sorte dos Enjeitados no Recife entre os anos de 1789 e 1832, quando inúmeras crianças eram abandonadas muitas vezes para a morte. Essas práticas corriqueiras – o abandono e o infanticídio — se tornaram um problema de ordem pública que levou o governo a criar, no final do século XVIII, a Casa dos Expostos. Contudo, o combate ao infanticídio e a assistência às crianças abandonadas não foram políticas isoladas, mas fizeram parte de um plano geral de "governamentalidade", no dizer de Foucault, que enredou a cidade e a população. Neste sentido, a virada do século trouxe novas questões, entre elas, o problema do que fazer com meninos e meninas que, à revelia do precário sistema de criação, sobreviviam. Para as elites, esses enjeitados passaram a fazer parte dos segmentos da população potencialmente perigosos, deixando de ser crianças em perigo para se tornar crianças perigosas.
Palavras-chave: Criança Abandonada; Infanticídio; Políticas Assistenciais.

Abstract
The theme for this lecture is about the fate of the abandoned ones in Recife between the 1789s and 1832s, when a great number of children were abandoned, many times, for death. These very ordinary practices – the abandonment and infanticide — turned into a public problem which led the government to create, in the end of the XVIII century , the House for the Abandoned Ones. However, the fight against infanticide and the assistance to abandoned children were not isolated polices, but they were part of a general plan for "governability" , as Focault says, which involved the city and the population. In this sense, the turn of the century, raised new questions, such as, the problem of what to do with the boys and girls who, by default, would survive. For the elites, these abandoned ones started to be part of a social segment potentially dangerous, changing from children in danger to be dangerous ones.
Key words: Abandoned Children; Infanticide; Assistance Policies

Havia no Brasil desde os tempos coloniais um costume estranho a nossa sensibilidade de hoje, que era o de abandonar crianças em lugares ermos, ruas e becos, portas de casas e igrejas, monturos, correndo o risco de perecerem de fome ou frio, ou ainda de serem devoradas por cães e porcos que viviam soltos nas vilas e cidades. De onde vinham essas crianças, por que eram expostas, muitas vezes para a morte? Essas perguntas orientaram

* Profa. da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutora em História.

minha incursão nas relações amorosas, sacramentadas e/ou duvidosas, para compreender de onde se originavam as crianças que ninguém queria e quais eram as práticas discursivas e não-discursivas em relação à maternidade que informavam uma certa indiferença e desinteresse da mãe pelo filho que botava no mundo.

Amar o homem ou a mulher por quem o coração palpita, num "fogo que arde sem se ver", como dizia Camões (QUEIROZ: 2005), que não se esvai em "trêmulos harpejos", que não se consome "só [em] delírios e desejos" (QUENTAL, 1980:172), atina para uma forma diferente de amar, de um amor romântico (D'INCAO, 1989) que une *ágape* e *eros*, "o amor a si e o amor ao outro" (COMTE-SPONVILLE, 2001:69), onde a reciprocidade e a livre escolha dos cônjuges urdem as teias tênues e frágeis das relações amorosas. Esses sentimentos e valores, tão presentes nos dias atuais, eram desconsiderados ao se tratar dos acordos matrimoniais no Brasil colonial, os quais tinham como fundamentos alianças familiares e como pressuposto a igualdade social entre os noivos, de forma que o amor conjugal era o lugar para "apagar os incêndios" da volúpia e não fazê-los clarificar, como explica Bluteau. Assim, o amor sensual, desmesurado e voluptuoso, como sói acontecer entre os amantes nas relações consideradas ilícitas, nunca deveria suceder entre os esposos, como aconselhava São Jerônimo, pois "o homem avisado deveria amar a sua mulher com sensatez, não com paixão" (FLANDRIN, 1991:169).

Do ponto de vista civil, o casamento era importante para a transmissão do patrimônio e para a perpetuação da progênie familiar legítima. Para a Igreja, o interesse era extinguir a concupiscência, o amor lascivo e dissoluto; já que isso não era de todo possível, buscaria ao menos disciplinar as condutas sexuais e reduzi-las à mera atividade de reprodução (FOUCUALT,1985a), com o fim de "extinguir o desejo e não de o aumentar ou de o fazer durar", na arguta observação de Phillipe Ariès (Apud LIMA, 1987,23). Essa mesma percepção pode ser encontrada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia quando afirmam que o matrimônio é o "remédio da concupiscência e São Paulo o aconselha como tal aos que não podem ser continentes".[1] Nem paixão, nem volúpia e nem desejo deveriam constituir os alicerces das relações maritais, pois "o amor conjugal que a Igreja recomendava aos esposos era um amor cristão [...] que não se baseava na vã aparência dos corpos nem

[1] CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Livro I, Título LXII, § 260, p. 107.

sequer em misteriosas afinidades das almas, mas no amor de Deus e na graça que Ele conferia aos seus esposos pelo sacramento do matrimônio" (FLANDRIN: 1991, 174).

Na Colônia os amores sensuais e voluptuosos se espalharam de canto a canto, pois a frouxidão das imposições religiosas e das normas civis tornavam possível aos colonos portugueses amasiar-se, porque "mais soltos na sua moral cristã" (FREYRE: 2001,96). Nunca é demais lembrar que nos dois primeiros séculos da colonização os casamentos legítimos e sacramentados eram escassos e figuravam como "uma opção das 'classes dominantes', motivada por interesse patrimoniais ou de status, restando o concubinato como alternativa sexual e conjugal para os demais estratos sociais", como destaca Ronaldo Vainfas (1997: 77-78). As paixões ardentes e os casos amorosos eram vividos nos amancebamentos e são dessas relações amorosas que surgem os filhos ilegítimos, bastardos, de procedência duvidosa — "filhos do pecado" para a Igreja.

As crianças deste estudo não são apenas aquelas provenientes dos amores proibidos, "filhos ilegítimos" surgidos de padres amancebados "de portas adentro", ou ainda daqueles "amasiados" que se limitavam a visitar ou receber as concubinas sob a vista grossa da Igreja, mas também os frutos clandestinos e indesejados de uma vida amorosa e sexual na Colônia que encobria uma vasta e complexa gama de relações sensuais: "de mulheres e homens enfadados no casamento; de padres mal afeitos ao celibato; de homens de prestígio que, na falta de mulheres 'brancas e honradas', uniam-se informalmente às de cor; de mulheres brancas, índias ou mestiças que, 'solteiras', não podiam encontrar marido" (VAINFAS, 1997: 99). Em síntese, trata-se aqui de crianças nascidas de relações amorosas diversas — oriundas de uma extensa multiplicidade de contatos fortuitos, por vezes perigosos, proibidos, clandestinos ou tidos como imorais, ou de relações permanentes abençoadas pela Igreja e amparadas pela lei —, que resultam ser legítimas, bastardas ou ilegítimas, inscritas na condição fundamental de livres ou escravas, brancas ou mestiças, ricas ou pobres, todas elas, entretanto, assemelhadas entre si por terem sido enjeitadas ou expostas.

Esses "frutos do pecado" ou "frutos da miséria" abandonados às intempéries e aos animais carnívoros estavam incorporados à "paisagem" do Recife e, no final do século XVIII, haviam se transformado em um problema social. "Enjeitadas", "expostas", "crianças em tenra idade", "miúdas", "pequenos", "inocentes"... eram algumas das palavras que denominavam as crianças abandonadas, e que lhes davam significados, materializando-as no cotidiano.

Palavras-conceitos, noções-imagens construídas no terreno fértil e mutável da cultura e utilizadas corriqueiramente no Império português e, claro, no Recife.

Durante os dois primeiros séculos da conquista portuguesa, não foram criadas instituições para acolher e prover o sustento dessas crianças. Isto só se deu quando o abandono de bebês em lugares ermos tornou-se numeroso, virou um escândalo público, e ganhou visibilidade, com fortes conotações de práticas infanticidas, ainda mais agravadas com o fato das crianças morrerem sem o sacramento do batismo. As primeiras instituições para acolhimento e criação das crianças expostas foram estabelecidas ao longo do século XVIII em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e no Recife (1789). Antes, porém, a exposição de recém-nascidos parecia ser facilmente resolvida pela iniciativa familiar ou individual, isto é, pelas mulheres e homens que os acolhiam, cuidavam e criavam com o esporádico apoio das câmaras municipais.

De maneira geral, assistir aos pobres, miseráveis, doentes, expostos e desafortunados não era uma atribuição do Estado absolutista português. A preocupação fundamental era gerir e preservar os interesses administrativos e financeiros da Coroa, prioritariamente, e, acessoriamente, das classes privilegiadas, "não estendendo seu dever ao provimento de serviços demandados pela sociedade" (MARCÍLIO, 1998:134). Segundo Caio Boschi, aos poucos "generalizou-se o entendimento de que ao Estado caberia a administração dos negócios públicos, isto é, da economia em geral, ao passo que à piedade particular e às associações leigas se confeririam a responsabilidade e o ônus da assistência pública" (Apud MARCÍLIO, 1998:134). Em parte essa mudança e ampliação da esfera do governo se deu, como assinala Foucault, porque a população tornou-se, também aos poucos, objeto de saber e de interesse da política estatal européia no século XVIII. (FOUCAULT, 1985b: 289).

No final do século XVIII, o abandono indiscriminado de crianças e, sobretudo, o "espetáculo" da morte de bebês nas ruas e becos do Recife e Olinda se constituíram como um problema de ordem pública que exigiu uma intervenção do governo. A exposição de crianças e as práticas infanticidas foram vistas como problemas que se relacionavam com a cidade e com sua população, assumindo, portanto, uma feição urbana. A um só tempo, ocorria o desperdício de vidas que poderiam ser úteis ao Estado e convivia-se com os perigos de contágio representados pelos leprosos, que portavam uma doença incurável para a época, e escravos recém-chegados de África, que traziam doenças contagiosas, muitas vezes,

desconhecidas. Assim, no governo de d. Tomás José de Melo, administrador da capitania de Pernambuco entre os anos de 1787 e 1798, a cidade e seus habitantes começaram a ser percebidos como um 'perigo' à estratégia de dominação da Coroa portuguesa. Sob o céu de anil pairavam ameaças internas e externas. Interessa-nos investigar as ações do governo dirigidas à cidade e à população, especialmente a institucionalização da assistência às crianças sem-família que se fez com a criação da Casa dos Expostos no Recife, momento fundamental onde se configurou uma ruptura com o anterior, marcando por quase meio século um *modus operandi* da política assistencial local.

Essa iniciativa só ganhou materialidade durante o governo de d. Tomás José de Melo. Sua ação não ficou restrita apenas às crianças, com a instalação da Casa dos Expostos no Recife. Estava imbricada a outros procedimentos que tiveram como objetivo o governo da economia e da população, na perspectiva de que o crescimento da cidade e o aumento das camadas urbanas — fora das malhas das relações escravistas — implicavam em outras formas de controle, o que fez ampliar a arte de governar e os tentáculos do governo.

D. Tomás demonstrou ser homem prático e resoluto. No tocante à Casa dos Expostos, particularmente, deu mostras das suas qualidades de governante, pois primeiro a fez funcionar e só depois comunicou a sua criação à Coroa. Então, só após a obra concluída é que ele se reportou ao seu superior em Lisboa participando as razões que a seu ver justificavam a empreitada. É de se ressaltar que no caso da criação da instituição em Pernambuco ficou patente a determinação pessoal de d. Tomás para a sua consecução. Seu feito não deve ser confundido como mera ação contingencial resultante da expansão demográfica verificada na última década do século XVIII; suas peculiaridades individuais é que caracterizaram sua prática governativa.

Uma vez instituída a assistência aos expostos, é preciso observar os novos sentidos produzidos sobre a prática de exposição de crianças e como o exposto passou a ser visto a partir de então. Se, de um lado, o aparato assistencial encobriu e, de certa forma, chancelou os desvios do padrão moral estatuído socialmente, deve-se analisar, por outro, se houve efeitos pedagógicos na mudança de comportamentos coletivos e individuais em relação às práticas infanticidas e se disso resultou uma nova percepção e sensibilidade em torno do abandono de crianças.

Ao criar a Instituição em 1789, d. Tomás José de Melo enviou um ofício ao Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, onde apresentava as razões que o motivaram a criar o referido estabelecimento:

> Por quanto aches o costume de se enjeitarem [...] as crianças pelas portas dos moradores da Cidade de Olinda, e desta Vila de Santo Antônio do Recife, tinha acontecido algumas vezes amanhecer devoradas de animais imundos, que vagavam pelas ruas; horrorizado da notícia de semelhantes espetáculos, busquei persuadir aos povos da necessidade que havia de uma Roda e Casa dos Expostos [...][2]

O horror provocado pelo "espetáculo" dos pequenos corpos devorados, mutilados por "animais imundos" como cães e porcos que vagavam pelas ruas da cidade de Olinda e da vila do Recife, foi assim apontado como elemento motivador para criação do aparato assistencial no Recife. Que cidade era aquela que convivia com a morte de crianças e com a mesma leniência permitia o livre transitar de leprosos em suas ruas? Se antes, na população local, a morte de crianças mobilizava apenas os sentimentos de compaixão e misericórdia pelos "pequenos inocentes", para d. Tomás gerava um duplo sentimento: "comoção" (pena) e "horror" (repulsa) por um ato percebido como um escândalo para a humanidade (civilização). A benevolência para com a exposição de bebês dava lugar à intolerância e era nomeada como "abuso" pelo governador. Do que os pais ou depositários de crianças abusavam? Da caridade alheia, da compaixão, da boa vontade, do amor ao próximo? A freqüência com que se expunham os "miúdos" configurou um "abuso" dos costumes, infringiu a normalidade das coisas. É possível assinalar que na perspectiva do governador a civilização precisava prosseguir, e, nesse *continuum*, negar o seu contraponto, a barbárie (ELIAS, 1994:62).

Ao solicitar permissão para instalar uma Casa dos Expostos com sua respectiva roda, o governador não fazia a crítica à exposição de crianças pela moralidade ou a falta dela. Não tinha como alvo as condutas sexuais que geravam filhos indesejados, nem se apoiava na obrigação moral dos pais criarem os seus filhos. Não criticava as relações ilegítimas, que geravam parte desses frutos espúrios, em contraponto com o casamento sacramentado e os filhos legítimos e abençoados. Não alegava a necessidade de salvar almas "inocentes" do limbo, tão-somente se preocupava em eliminar o "espetáculo" bárbaro produzido pelos pequenos corpos mutilados, devorados e assassinados nas ruas e becos da vila do Recife e

[2] OFÍCIO do Governador da Província, D. Tomás José de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Recife, 11 de Maio de 1789. APEJE, série: CC, cód.2, 1789, fl.212. Ms.

cidade de Olinda. O alvo de combate do poder era a prática do infanticídio, do abandonar para a morte, o que se nomeava de "barbárie". Começava-se a condenar o costume selvagem de expor crianças ao relento em nome de uma outra forma de exposição — a civilizada. Tentava-se desestimular uma prática costumeira em prol de uma prática normativa.

O que parecia incomodar aos governantes recém-chegados de além-mar era o fato das crianças expostas nas ruas, comumente denominadas de "expostas" ou "enjeitadas", estarem sujeitas às intempéries, a ser esmagadas pelo pisotear dos cavalos, a ser devoradas por bichos carnívoros como cães e porcos, animais tão presentes nos burgos coloniais. Esse incômodo não atingia a todos imediatamente, pois esse sentimento passava por um investimento do governo e da Igreja colonial na promoção de uma nova sensibilidade para com a criança e adoção de práticas de civilidade que se distanciassem do descaso, da insensibilidade para com a morte espetacularizada de recém-nascidos nas ruas. De forma que não era a prática do abandono em si e nem a possibilidade da morte dos bebês os 'motores' propulsores da institucionalização da assistência à criança abandonada, pois nem um e nem outra geravam indignação na população. Tirar da vista, evitar a exposição para a morte, era o que incomodava e o que motivou a ação do governo. Em suma, era um investimento na construção da civilização, no sentido de que "a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir" (ELIAS, 1994: 62).

Nas primeiras décadas do século XIX no Recife, a assistência às crianças e jovens abandonados tornou-se um problema social que envolvia os órfãos pobres e os segmentos da população marginalizados. Nem sempre o governo se preocupou com o futuro das meninas e meninos sem-família que sobreviviam aos primeiros cuidados e cresciam na Casa dos Enjeitados ou na casa das amas, mas no início do Dezenove esse era um problema claramente configurado: o que fazer com os expostos que completavam sete anos e permaneciam na instituição ou nas casas das amas criadeiras? Como dar saída produtiva a esses garotos e garotas para que não ingressassem nos caminhos da perdição?

Através das cartas e ofícios das instituições responsáveis por essas crianças procurei examinar os discursos e as práticas que agiram para dar forma à sua inserção, enquadrando-os na vida social. Assim, as crianças expostas não tiveram 'destinos possíveis', mas foram inseridas em estratégias governamentais de controle, preservação, prevenção e útil aproveitamento da população potencialmente perigosa se deixada à margem do sistema.

Os dispositivos de controle e enquadramento dos expostos estavam baseados nos critérios da cor e na concepção de gênero, um valorizando a pele branca em detrimento dos mestiços, e outro, as percepções das diferenças sexuais construídas culturalmente, constituindo as identidades masculinas e femininas, símbolos e subjetividades no campo fértil das relações de gênero (SCOTT, 1991; MATOS, 1997). Assim, as crianças e jovens expostos entravam para a vida pelas portas abertas pelo governo, mas nem sempre aceitaram o que lhes era imposto e algumas vezes pavimentaram outras rotas.

Coube ao governo provincial encontrar os dispositivos de assimilação e inserção dos expostos na sociedade, integrando-os à estratégia que visava o seu enquadramento aos perfis de gênero vigentes, que indicavam os lugares socialmente aceitos para a vivência das mulheres e dos homens. Para as expostas apontavam-se três alternativas: o casamento, o trabalho doméstico e a educação elementar voltada para as prendas do lar. Já para os expostos, o leque de possibilidades era maior. Eles podiam ser encaminhados para o trabalho doméstico, a aprendizagem nas oficinas, o trabalho agrícola, e para as escolas de artes e ofícios. Dessa maneira, o governo procurava evitar que a cidade e as famílias sofressem com as possíveis desordens provocadas por mulheres, no caso, as expostas que tivessem na rua a sua fonte de sobrevivência, sem controle, gozando da sua liberdade e do uso do seu corpo; bem como buscava prevenir que os jovens expostos caíssem no mundo da "perdição" como a vadiagem, o vício e adquirissem uma profunda aversão pelo trabalho.

Nos registros disponíveis, identifiquei alguns dispositivos de enquadramento social que figuraram como possibilidades de inserção dos expostos no Recife no início do Dezenove. Para as meninas e meninos de peles mais claras destinava-se uma instrução voltada para formar trabalhadores urbanos e boas mães de família, que era veiculada pelos Colégios dos Órfãos e das Órfãs. Já as meninas e meninos de peles escuras as possibilidades eram menores: trabalhar ou 'se engajar' em casas de família, oficinas ou nos engenhos. Para todas as meninas, independentemente da cor, almejava-se que casassem e constituíssem famílias honestas, de preferência, entre expostos da mesma cor para evitar a proliferação da mestiçagem; e para os meninos de pele escura, havia ainda a instituição disciplinar, formadora de artesãos e técnicos: o Trem Militar. Às crianças pobres, expostas e órfãs, o país oferecia a

alternativa de “morrer pela pátria” e quiçá viver “sem razão”, como canta o músico e poeta Geraldo Vandré.[3]

Referências Bibliográficas

COMTE-SPONVILLE, André. **O amor a solidão**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

D’INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Vol.1.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Família:** parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

FOUCAULT, Michel (a). **História da Sexualidade I***:* a vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel (b). **Microfísica do poder.** 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

QUEIROZ, Mirna. **Luís Vaz de Camões.** Disponível em: < http://www.vidaslusofonas.pt/luis_de_camoes.htm>. Acesso em set. de 2005.

QUENTAL, Antero de. **Sonetos completos.** Porto: Nova Crítica, 1980.

LIMA, Lana L. da Gama. A boa esposa e a mulher entendida. In: _____ (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres:** história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hicitec, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de e SOLER, Maria Angélica. (Orgs.) **Gênero em debate:** trajetórias e perspectivas na história contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

[3] Geraldo Vandré. Caminhando (Para não dizer que não falei das flores), 1968.

VAINFAS, Ronaldo.**Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.